

Os avanços e as lacunas do sistema de gestão sustentável dos Recursos Hídricos no Brasil

Palestrante: Rafael F. Tozzi

Belém, 10 de agosto de 2017

Contexto Geral

- A seca e escassez no Sudeste, as inundações no Norte e a estiagem prolongada na região Nordeste representam bem os desafios potenciais do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil;
- Qual a relação do avanço do desenvolvimento econômico e da alteração do uso e ocupação do solo nestes eventos críticos?

Panorama Geral dos Recursos Hídricos no Brasil



- O Brasil possui 12% do volume mundial de água doce, no entanto, está distribuído de maneira desigual no território;
- Essa distribuição desigual não é incomum em países de grandes dimensões como o Brasil, mas representa desafios para a gestão dos recursos hídricos.
- Bacia amazônica abriga cerca de 70% dos recursos hídricos, enquanto regiões densamente populosas enfrentam problemas de escassez.

Panorama Geral dos Recursos Hídricos no Brasil



- O lançamento de efluentes domésticos é o principal problema que afeta a qualidade das águas superficiais (MMA, 2008), em função dos baixos índices de coleta e tratamento.
- Com este panorama, políticas robustas são necessárias para fazer o melhor uso da água disponível, hoje e no futuro.



Política Nacional de Recursos Hídricos



- Estabeleceu as diretrizes e os princípios básicos para a gestão dos recursos hídricos;
- A água é um recurso limitado e um bem público dotado de valor econômico, a ser gerido em nível de bacias hidrográficas, com uma abordagem descentralizada e participativa.
- Com a aprovação da lei, ficou claro que nenhuma reforma significativa seria implementada se não houvesse uma instituição responsável pela condução desse processo.



Política Nacional de Recursos Hídricos

- São instrumentos de gestão de recursos hídricos:
 - Os Planos de Recursos Hídricos;
 - O enquadramento dos corpos de água em classes;
 - Outorga do direito de uso dos recursos hídricos;
 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
 - Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Os Planos de Recursos Hídricos

- Elaborados no âmbito nacional, estadual e de bacias hidrográficas;
- Tem como principal objetivo promover o planejamento sustentável dos recursos hídricos da região em estudo;
- Devem ter, no mínimo, o seguinte conteúdo: Diagnóstico, Prognóstico (balanço entre disponibilidades e demandas futuras) e Plano de Ações com metas quali-quantitativas.

O enquadramento dos corpos de água

O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa a:

- I - assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;
- II - diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

Outorga do direito de uso da água

- Visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.
- Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado.

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

- I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar a racionalização do uso da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

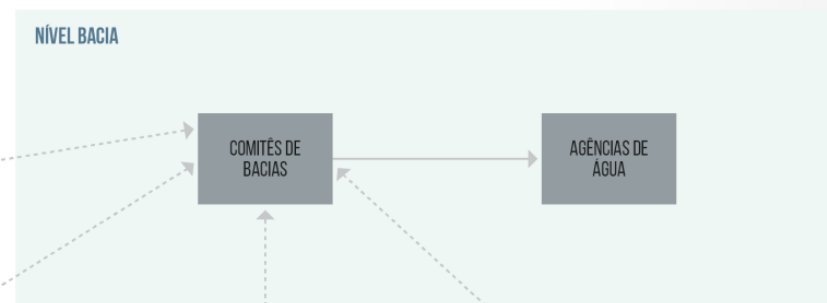
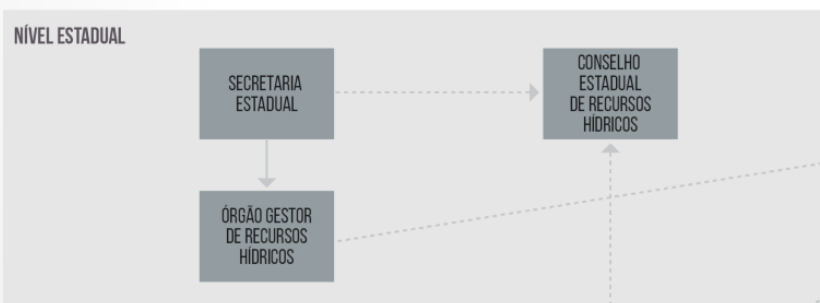
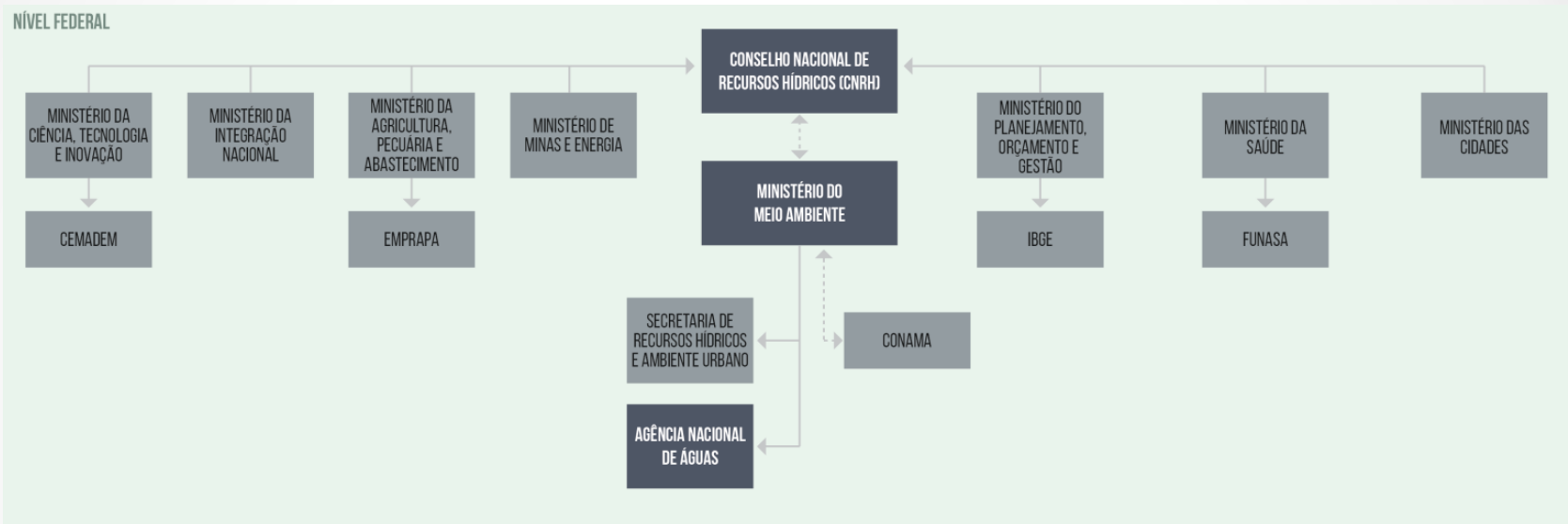
Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos



- Trata-se de um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
- Dentre seus objetivos, está a atualização permanentemente das informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos.



Quem é quem no sistema de gestão



A Agência Nacional de Águas - ANA



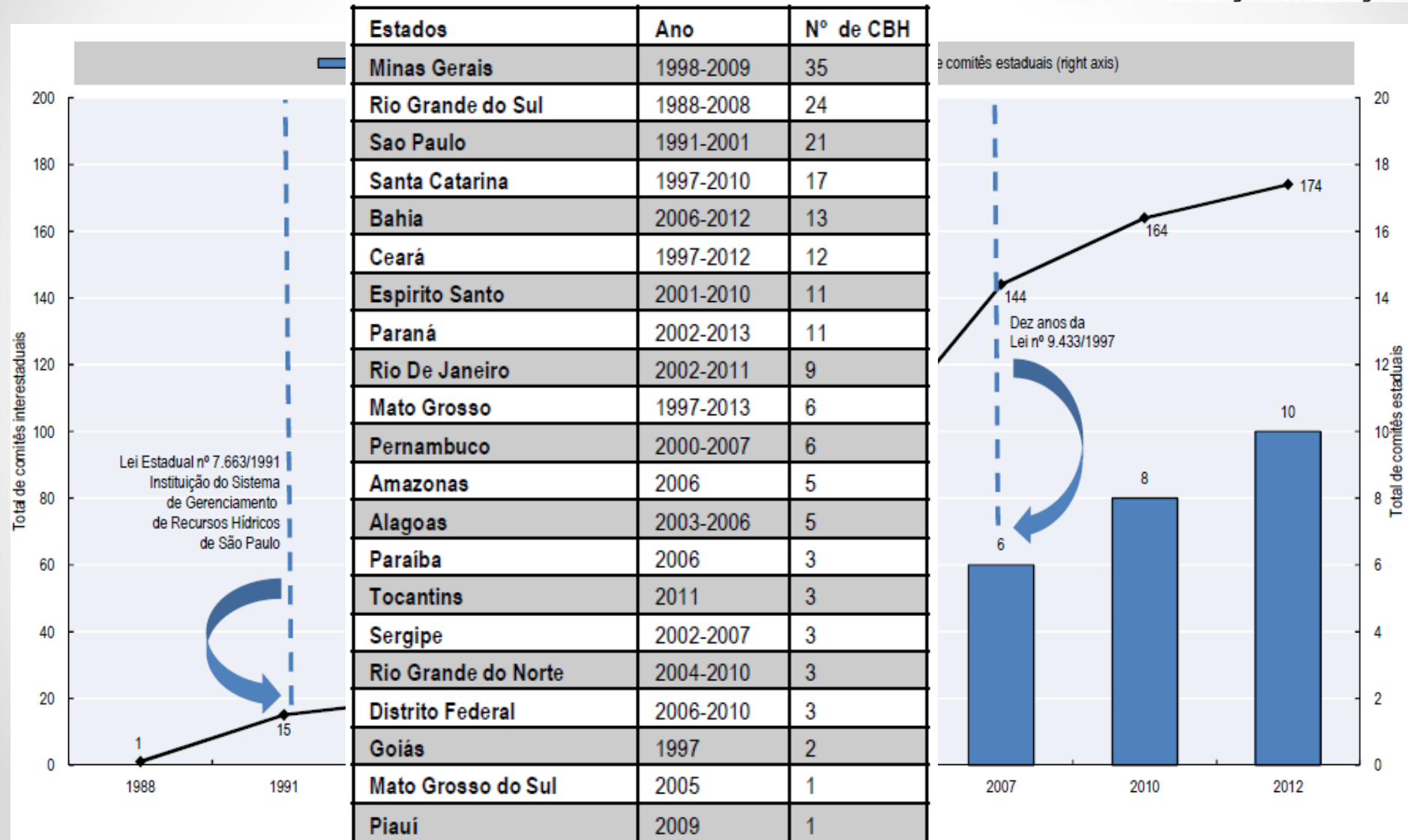
- A Agência Nacional de Águas (ANA) foi criada pelo Lei Federal nº 9984/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 3692/2000;
- Tem como missão regulamentar o uso das águas dos rios e lagos de domínio da União e implementar o SINGREH, garantindo o seu uso sustentável e assegurando água de boa qualidade e em quantidade suficiente para a atual e as futuras gerações.



Comitês de Bacias

- Organismos colegiados que fazem parte do SINGREH.
- A composição diversificada e democrática contribui para que todos os setores da sociedade tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão.
- Os membros que compõem o colegiado representam os setores usuários de água, as organizações da sociedade civil e os poderes públicos.
- Principais competências : aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros.

Comitês de Bacias

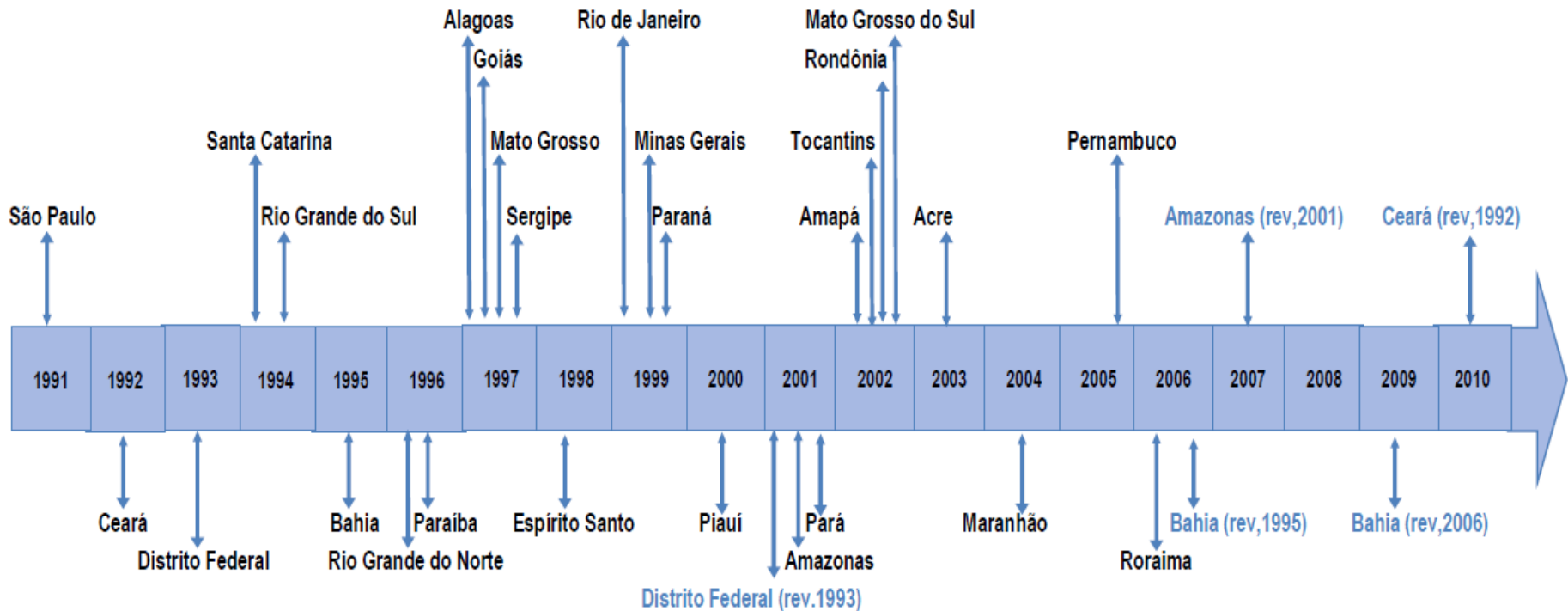


Fonte: ANA (2014), "Relatório de referência", Diálogo Político OCDE/Brasil sobre a Governança da Água,

Leis estaduais de recursos hídricos

- Enquanto as outorgas de água nos rios federais são concedidas pela ANA, as outorgas para os rios estaduais são emitidas pelos órgãos gestores dos estados.
- Como as prioridades podem diferir entre as entidades federais, estaduais e de bacia, a pergunta que se coloca é como tornar as decisões desses níveis administrativos mutuamente compatíveis e efetivas?

Leis estaduais de recursos hídricos



Contexto Atual

- Passados 20 anos da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9433/97), quais foram os principais avanços e quais são as principais lacunas para a consolidação do sistema de gestão de recursos hídricos sustentável?



Avanços



- Criação da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Incentivo para realização do planejamento do setor;
- Mobilização de atores estratégicos para discussão de assuntos estratégicos;
- Conscientização sobre o valor econômico da água;
- Promoção da gestão descentralizada com a participação de diversos setores usuários de água.



Lacunas

- Os diversos planos de recursos hídricos (nacional, estadual e de bacia) já elaborados muitas vezes não são colocados em prática, por falta de financiamento ou dificuldades de implementação e acompanhamento.
- Em muitos casos não são estabelecidas prioridades ou critérios claros para orientar as decisões de alocação dos recursos hídricos (vocação regional);
- As capacidades dos estados são em geral mais limitadas em termos de pessoal, financiamento, participa o e compromisso político;

Lacunas (cont.)

- A incompatibilidade entre as fronteiras administrativas municipais, estaduais e federais e os limites hidrológicos levanta a questão da escala funcional adequada;
- O valor por metro cúbico relativo às cobranças pelo uso da água são baixos e, em alguns casos, não se baseiam em estudos específicos;
- Os comitês de bacias hidrográficas possuem poderes deliberativos fortes, mas têm limitada capacidade de implementação.

Ações necessárias

- Aumentar o protagonismo do setor de recursos hídricos na agenda política nacional visando benefícios econômicos, sociais e ambientais;
- Fortalecer a capacidade técnica e financeira das instituições estaduais (Pacto Nacional pela Gestão das Águas);
- Aumentar a implementação da cobrança pelo uso da água como instrumento de política, onde for identificada sua real necessidade;

Ações necessárias

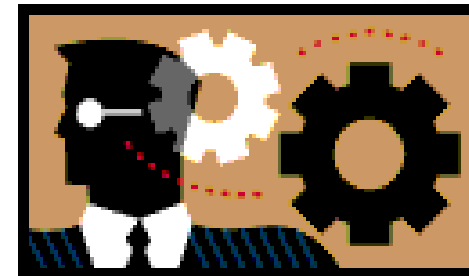
- A concorrência entre diferentes usuários (por exemplo, agricultura, indústria e domicílios) requer mecanismos adequados para o gerenciamento de soluções de compromisso (*trade-offs*);
- O termo alocação da água é usado para descrever os processos e mecanismos envolvidos no compartilhamento de recursos hídricos entre diferentes usuários de água.

Alocação de Água

- I. Assegurar que haja uma definição clara da disponibilidade de recursos hídricos e das prioridades para os usos da água;
- II. Assegurar que os instrumentos da política sejam adequadamente concebidos e implementados para servir aos objetivos da política de recursos hídricos;
- III. Definição de arranjos de governança necessários para assegurar a eficiência da alocação.

Outros desafios

- Vinculação entre a gestão dos recursos hídricos e o saneamento, em função tanto da qualidade quanto da quantidade da água;
- Segurança Hídrica;
- Mudanças Climáticas;
- Ajustes sazonais ao volume de água disponível para diferentes usuários.



Muito Obrigado!

Maiores informações:

rafaeltozzi@cobrape.com.br

41-3094-2424